

**GUDYNAS, E. (2015) *Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza*. Cochabamba: CEDIB/CLAES.**

**Luiz Jardim Wanderley<sup>1</sup>**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O presente texto busca instigar o debate em torno da noção de extrativismo, proposta pelo pesquisador Eduardo Gudynas - em sua obra *Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza*, publicada em 2015 -, enquanto concepção central para interpretação da realidade e das transformações históricas e geográficas na América Latina, em particular no início do século XXI. Especialmente no Brasil, este debate se faz necessário, tendo em vista a negação da academia, dos políticos e da sociedade em se compreender enquanto um país extrativista<sup>2</sup>.

A obra em questão, ainda sem tradução para o português, publicada em primeira edição na Bolívia - em parceria do Centro de Documentación e Información Bolívia (CEDIB)<sup>3</sup> e Centro Latino Americano de Ecología

<sup>1</sup>Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integrante do Grupo de Pesquisa PoEMAS - Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade. Professor da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: lulawanderley@gmail.com

<sup>2</sup>Evitando maiores confusões interpretativas, assim como faz o próprio autor, reafirmamos que a noção de extrativismo como exposta no livro não remete à usualmente utilizada no Brasil, onde está associada às práticas espaciais de populações tradicionais em sua relação com a Natureza. O autor chega a destacar em sua matriz explicativa que existem diferentes formas de extração de recursos do meio, ou modos de apropriação, com impactos, volume e intensidades variados sobre o ambiente e com finalidades distintas para os seres humanos. Os modos de apropriação variam da agricultura familiar para fins de subsistência local e baixo volume e intensidade de extração até, em última escala, o extrativismo mineral, dos hidrocarbonetos e do monocultivo exportador.

<sup>3</sup>CEDIB é um centro de pesquisa situado em Cochabamba, na Bolívia, com produção ativa de estudos sobre a realidade boliviana e latino-americana nos temas dos conflitos sociais e ambientais no campo e na cidade. Criada em 1970, a instituição se dedicou nas últimas décadas

Social (CLAES)<sup>4</sup> -, reuniu um conjunto de contribuições que Gudynas desenvolveu em livros e artigos na última década, em diálogo com parceiros políticos (sobretudo movimentos sociais) e pesquisadores. No entanto, não se trata de uma compilação de textos dissociados, mas sim da reunião de ideias-chaves e, principalmente, de um exercício empírico (rico em dados e informações em diferentes escalas e países) elaborado no intuito de promover uma compreensão da realidade histórico-geográfica da América Latina, a partir da conjuntura de intensificação das vivências coletivas em torno do extrativismo no início do século XXI.

O livro é, sem dúvida, um aprimoramento do primeiro esforço mais amplo do autor de entender o desenvolvimento na América Latina sob o prisma teórico da Ecologia Política<sup>5</sup> em *Ecología, Economía y Ética del Desarrollo Sostenible*, de 2002. Nesta primeira obra, Gudynas debruçou-se sobre o conceito de Natureza em suas múltiplas faces, variações no tempo histórico e nas formas de interpretação pelos diferentes sujeitos sociais, compreendendo-a, portanto, como uma construção

a contribuir de maneira crítica sobre as políticas de desenvolvimento centradas no extrativismo, em particular na Bolívia, no Peru e no Equador (ver <https://www.cedib.org/>).

<sup>4</sup>CLAES é um centro de investigação sediado em Montevidéu, Uruguai, criado em 1989, desenvolve pesquisas sobre questões ambientais e desenvolvimento na América Latina, em particular na perspectiva crítica a partir da ciência política, economia, ecologia social e direitos humanos. Eduardo Gudynas atua como pesquisador e secretário executivo desta organização (para acessar as produções do CLAES ver <http://ambiental.net/>).

<sup>5</sup>Para Gudynas (2010), Ecologia Política é o arcabouço teórico que permite analisar, a partir do âmbito da política, os processos e atores envolvidos nos temas ambientais que se expressam no espaço público.

social. Ao analisar as transformações da Natureza na América Latina, o autor se sustentou teoricamente na contradição entre crescimento econômico e devastação ambiental, retomando os debates fundados nos anos de 1970 sobre os limites da natureza e a expansão do consumo dos recursos não-renováveis (ver também Porto-Gonçalves, 1990). A crítica mais forte que se fazia, naquele momento, era sobre o fortalecimento das políticas ambientais neoliberais, que, com base na economia ambiental, monetariza a natureza, tornando-a capital e patrimônio natural e, ao mesmo tempo, cria mecanismos de mensuração das condições ambientais apropriáveis pelo mercado (posteriormente difundido com terminologia Economia Verde). A reflexão sobre uma inserção dependente da América Latina no capitalismo globalizado se fazia presente de maneira embrionária, compreendendo-a como região exportadora de matérias-primas na desigual divisão internacional do trabalho e *locus* de investimentos geradores de grandes impactos ambientais.

Na obra *Extractivismos*, o autor conduz o leitor a uma rota epistemológica em torno da Ecologia Política da América Latina que se inicia na enunciação da noção de extrativismos, e não mais de Natureza, enquanto conceito central para compreender a produção capitalista do espaço latino-americano, no bojo do processo histórico do colonialismo e, em particular, do incremento da apropriação dos recursos da Natureza no século XXI (Capítulo 1). Neste traçado, o autor retoma a raiz histórica da reprodução de um modo de apropriação extrativista e sua feição mais recente no *boom* das *commodities* - 2002-2011 (capítulos 2, 3 e 4); elucida sobre os impactos ambientais e territoriais do ponto de vista ecológico e social (capítulos 5, 6 e 7) e as respostas de resistências na deflagração de conflitos sociais (capítulo 11); retrata os processos globais em rede que coordenam e ordenam o modo de apropriação por meio dos extrativismos (capítulos 8, 9 e 10), com reflexos econômicos sobre a dependência nacional e a exclusão social (capítulo 12); revela como os governos de distintas correntes político-partidárias, em especial os progressistas, se sustentaram no extrativismo como solução para o crescimento econômico, atuando como Estado compensador, mesmo que isso representasse mais violência e menos democracia (capítulos 13, 14, 15 e 16). Ao final, como raramente visto nas ciências sociais, o autor nos brinda com a formulação de uma alternativa para a pavimentação de um caminho pós-extrativista para região (capítulos 17, 18 e 19).

O debate sobre a noção de extrativismo é urgente no contexto brasileiro, por isso a destacaremos do restante da obra. Existe certa resistência em aceitar que o Brasil tenham se caracterizado, enquanto modelo de desenvolvimento, em uma economia neoextrativista, como defenderam Milanez e Santos (2013a). A

resistência teórica está associada à interpretação de que o país passou apenas por um processo de reprimarização das exportações e não da economia como um todo ou mesmo da sociedade de maneira ampla, no bojo do chamado neodesenvolvimentismo das últimas duas décadas (DELGADO, 2015). Todavia, a noção proposta por Gudynas alarga de maneira substancial a noção de extrativismo e nos obriga a repensar as bases teórico-metodológicas utilizadas para analisamos o caso brasileiro. O próprio autor afirma "o Brasil é o maior extrativista do continente. Apenas suas exportações de minérios representam o triplo das vendas de minerais de todos os demais países sul-americanos somados" (GUDYNAS, 2017)<sup>6</sup>.

Gudynas prefere se referir ao termo extrativismos, no plural, por considerar que existem inúmeras atividades contempladas por ele, indo além da mineração, do petróleo e gás natural usualmente identificados como tal. Englobam também a "produção" de outros produtos primários com base nos monocultivos agrícolas, na pecuária intensiva, na pesca em escala, piscicultura e carcinicultura, e até mesmo o turismo internacional de massa. Igualmente, os modos de apropriação da Natureza são organizados de maneiras diversas econômica e politicamente e a presença estatal também muda não seguindo um padrão, seja no âmbito dos diferentes setores da economia extrativista ou pelas situações políticas distintas em cada país.

Os extrativismos seriam assim uma forma específica de relação entre sociedade e Natureza por meio da ação de extrair. O que diferenciaria os extrativismos de outros tipos de extração seria a intensidade dos efeitos ambientais no processo de extração e o destino dos recursos extraídos. Deste modo, "los extractivismos siempre deben cumplir simultáneamente tres condiciones: un alto volumen y/o intensidad en la extracción, ser recursos sin procesar o con escaso procesamiento, y donde se exportan el 50% o más de esos recursos" (GUDYNAS, 2015: p. 17). Portanto, ainda se incluiria no espectro dos extrativismos as indústrias de transformação primária e intensiva em recursos naturais voltadas para exportação, como siderurgia, metalurgia, refinarias, frigoríficos, transformação de alimentos, etc.

A partir desse recorte teórico ao ressaltarmos apenas o setor da rede de produção do agronegócio (o que inclui os setores a jusante e a montante da agropecuária) teríamos uma participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em torno de 23%<sup>7</sup>, em 2016. Se incluíssemos ainda grandes setores extrativistas

<sup>6</sup>Declaração proferida em entrevista ao IHU On-Line. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/566265-esquerda-e-progressismo-sao-hoje-duas-coisas-diferentes-na-america-latina-entrevista-especial-com-eduardo-gudynas>

<sup>7</sup>Dado publicado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em "PIB e Performance do Agronegócio", 2017.

como a mineração e metalurgia (4% do PIB<sup>8</sup>) e o petróleo e gás (próximo aos 15% do PIB<sup>9</sup>) se tornaria mais patente a opção extrativista da economia brasileira (totalizando, pelo menos, 42% do PIB), nesta eclosão recente do (neo) extrativismo no século XXI. Tal predominância massiva da rede extrativa na economia nacional não é reflexo apenas de políticas e investimentos dos governos eleitos nas últimas duas décadas, aproveitando o contexto internacional de *boom* das *commodities*. Ao longo da história, o extrativismo esteve no centro do planejamento territorial brasileiro, com maior ou menor grau de incentivo estatal, dependendo do período, assim tendo perpassado por governos monárquicos, liberais, nacionais-desenvolvimentistas, ditatoriais, neoliberais e pós-neoliberais (neodesenvolvimentistas ou mesmo neoextrativistas<sup>10</sup>).

O método de análise multiescalar, do local ao global e vice-versa, mas também compreendendo as ações transescalares dos diferentes atores ligados ao extrativismo - a glocalização por exemplo - é um grande mérito da obra. Segundo o autor, o extrativismo só é possível sob a ordem da globalização (GUDYNAS, 2015: p. 231), estando a organização do modo de extração exportador de grande porte inserida enquanto primeira etapa da rede global de produção, situada principalmente em regiões periféricas. A inserção na rede global de produção se faz de modo dependente, de maneira que a governança global capitalista se impõe sobre a gestão dos territórios nacionais e comunitários através: da definição internacional do preço e da demanda por recursos naturais; das decisões das grandes corporações transnacionais; e dos meios de regulação conduzidos pelas instituições internacionais e por governos de países centrais.

Quicá a compreensão da inter-relação entre extrativismo e a intensificação do capital financeiro e especulativo no cerne do modelo neoliberal seria ainda uma contribuição a ser melhor investigada, pois segue sem grandes respostas por parte de Gudynas. O capital financeiro e os agentes especulativos vêm produzindo uma série de “inovações” matemático-financeiras que permitem pilhar ainda mais as sociedades e espaços extrativistas produtores de *commodities*. Possibilita-se, com isso, a multiplicação do capital fictício, a partir de negociações das *commodities* em bolsas de mercadorias e futuros que, por outro lado, estão ancoradas na materialização e territorialização dos extrativismos em espaços periféricos da economia-mundo, gerando uma série de impactos sociais e ambientais.

<sup>8</sup>Dado publicado pelo Ministério de Minas e Energia em Sinopse 2017, não contemplando a sequência da cadeia produtiva a jusante e montante da mineração e da metalurgia.

<sup>9</sup>Disponível em <http://patrocinados.estadao.com.br/empresasmais-2016/setor/mineracao-e-cimento/>

<sup>10</sup>Sobre a diferenciação de neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e neoextrativismo no Brasil, ver Milanez e Santos (2013b).

Comumente excluídos das análises das redes globais de produção, os grupos sociais locais atingidos não se colocam passivos aos efeitos impostos sobre seus corpos e (des)territórios. No caso, os espaços ricos em recursos naturais de cobiça global na América Latina estão permanentemente em disputa entre o processo de territorialização dos atores com lógica extrativista e as outras práticas socioespaciais das comunidades locais, por vezes desterritorializadas, deformadas e fragmentadas para ceder lugar a novos espaços de extração (GUDYNAS, 2015: p.164).

A resistência surge como ações de contestação (protestos e conflitos) quase que inerentes aos projetos extrativistas, promotores de impactos e injustiças socioterritoriais, ambientais e trabalhistas (LOSEKANN, 2016). As resistências são variadas e podem visar o reconhecimento e legitimação dos sujeitos como atingidos; a diminuição dos impactos por alterações tecnológicas ou mecanismos de compensação/ indenização; podem inclusive objetivar anular o empreendimento extrativo. Em situações de conflitos, os governos nacionais ficam entre conceder cada vez mais atrativos ao capital extrativista e ao mesmo tempo enfrentar a resistência popular (GUDYNAS, 2015: p. 330). Como saída, os meios de controle político alternam da atuação de um Estado compensador ao rompimento dos marcos democráticos, recorrentemente associado ao exercício da violência estatal.

Em uma crítica à Ecologia Política do extrativismo à luz da conjuntura de pós-boom das *commodities*, Zibechi (2016) questiona a pouca preocupação teórica em produzir uma análise para além de um viés economicista dos efeitos ambientais, que utiliza a noção de acumulação por espoliação de Harvey (2004). Para Zibechi, assim como o capitalismo não é um modo econômico de acumulação por mais-valor simplesmente, mas sim um projeto de sociedade ou formação social, “a economia extrativista - de conquista, roubo e pilhagem - é apenas um aspecto de uma sociedade extrativista, ou uma formação social extrativista, que é a característica do capitalismo na fase em que o capital financeiro é dominante”. Um grande diferencial das sociedades extrativistas em comparação as ditas industriais seria que o trabalho perde valor e é substituído pela pilhagem, evaporando assim os sujeitos e mercantilizando até mesmo a própria reprodução da vida (ZIBECHI, 2016).

Apesar de um olhar ainda muito concentrado na concepção econômica das relações sociais, Gudynas teve a felicidade de propor uma interpretação do extrativismo não a partir do conceito de modo de produção, mas sim de modo de apropriação, cunhado a partir da contribuição de “modo de extração” proposto por Bunker (1985).

Los modos de apropiación describen diferentes formas de organizar la apropiación de distintos recursos naturales (como materia, energía o procesos ecológicos), para atender fines humanos, en sus contextos sociales y ambientales. (...) Incluye los entendidos sobre qué es un recurso y qué no lo es, sus diversas valoraciones, el acceso, los marcos institucionalizados que sostienen esa apropiación tales como los derechos de propiedad, las relaciones sociales que se despliegan en esa apropiación, desde las formas concretas de trabajo al papel del empresariado o del Estado, y las vías de distribución e inserción en los modos de producción (GUDYNAS, 2015: p. 189).

A partir das contribuições do livro, observa-se que outro ponto ainda necessário de maior aprofundamento seria como os extrativismos nas diversas faces e fases de distintos modos de apropriação da Natureza moldaram as sociedades extrativistas latinoamericanas, a partir de uma perspectiva da colonialidade - esforço iniciado com Galeano (1980). Essas sociedades identificam o extrativismo não apenas como meio da acumulação primitiva e uma forma de colonialidade (antropocêntrica e utilitarista) na apropriação da Natureza como mercadoria, mas como estratégia de crescimento e, ao mesmo tempo, com salvação modernizadora do território em contraposição à própria Natureza "selvagem" e às populações tradicionais subalternizadas (ASSIS, 2014). As sociedades extrativistas ao se verem utilizando e elaborando novas tecnologias para fins de extração (vide exploração do pré-sal, biotecnologia, grandes obras de engenharia, hidroelétricas, tecnologia mineral, etc.), ao vangloriar suas corporações transnacionais extrativas e ao se compreender inseridas na globalização, mesmo que subordinadamente, creem, quase que fielmente, trilhar o caminho do desenvolvimento, por mais que isso represente mais pilhagem e reprodução da desigualdade, da pobreza e dependência externa.

Gudynas, então, nos colocou o desafio de uma agenda política utópica, epistêmica e empírica para a realidade latino-americana, inclusive com aprofundamentos dos casos nacionais. Todavia, o maior desafio sem dúvida reside na formulação de uma alternativa popular ao desenvolvimento para além do extrativismo (GUDYNAS, 2015: p. 400). Considerando, *a priori*, que na cultura latino-americana o desenvolvimento se encontra essencialmente enraigado pelo extrativismo e por valores coloniais e antropocêntricos subordinadores de grupos étnico-raciais não brancos e da Natureza.

## Referências

- ASSIS, W. (2014) Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-27.
- BUNKER, S. (1985) *Underdeveloping the Amazon: Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State*. Urbana, IL: University of Illinois Press.
- DELGADO, G. (2012) *Do capital financeiro na agricultura à economia do Agronegócio*. Brasília: IPEA.
- GALEANO, E. (1980) *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GUDYNAS, E. (2015) *Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza*. Cochabamba: CEDIB/CLAES.
- \_\_\_\_ (2010) La ecología política de la crisis global y los límites del capitalismo benévolo Iconos. *Revista de Ciencias Sociales*, núm. 36, p. 53-67.
- \_\_\_\_ (2004) *Ecología, Economía y Ética del Desarrollo Sostenible*. Montevideo: CLAES.
- HARVEY, D. (2004) *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.
- LOSEKANN, C. (2016) A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n.20, p.121-164.
- MILANEZ, B.; SANTOS, R. (2013a) Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 10, n. 19, p. 119-148.
- \_\_\_\_ (2013b) Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? *37º Encontro Anual da ANPOCS*.
- PORTO GONÇALVES, C. W. (1990) *Os (Des)caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto.
- ZIBECHI, R. (2016) Extrativismo como projeto de sociedade. *Outras Palavras*. Publicado em 19/10/2016. Disponível em <https://outraspalavras.net/posts/o-extrativismo-como-projeto-de-sociedade/>